

PARECER TÉCNICO N ° 08/2018

1. **Objeto:** Alteração de cláusula do Termo de Compromisso Preliminar- TCP, assinado em 30 de novembro de 2015, entre o Ministério Público e a Samarco Mineração para adoção de medidas emergenciais mínimas objetivando a preservação do patrimônio cultural sacro existente nas localidades de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira, afetados pelo rompimento da barragem de rejeitos da empresa.
2. **Objetivo:** Analisar pedido de suspensão de envio mensal de relatórios de monitoramento arqueológico, conforme estabelecido na cláusula 3 do TCP.
3. **Município:** Mariana.
4. **Considerações Preliminares:**

Em 30 de novembro de 2015 foi celebrado Termo de Compromisso Preliminar entre o Ministério Público do Estado de Minas Gerais e a Samarco Mineração S/A, após o rompimento de rejeitos de barragem de mineração em novembro de 2015. Dentre as obrigações assumidas pela compromissária, consta:

3- Remeter mensalmente ao Ministério Público os relatórios de monitoramento arqueológico.

Na ata de reunião realizada em 17/04/2018, os representantes da Samarco e da Fundação Renova solicitaram a revisão da cláusula do TCP acima descrita. Colocaram que:

- o relatório entregue no dia 06 de abril do corrente ano sistematizou os achados e entregas;
- entendem que objetivo emergencial do TCP teria sido cumprido pelas ações adotadas até o momento.
- toda a extensão do Rio Doce foi dividida em setores no âmbito do programa de manejo de rejeitos, sendo que para cada setor será estudada a forma de recuperação ambiental.
- o trecho que abrange a localidade de Bento Rodrigues terá um plano de manejo próprio e sua proposição deve envolver entidades que deliberam sobre patrimônio histórico e cultural, bem como passa, necessariamente, pelo interesse da comunidade. A matéria já foi, inclusive, objeto de acordo entre o MPMG e Samarco, nos autos da Ação Civil Pública nº 043356-50.2015.8.13.0400, em trâmite perante a 2ª Vara Cível da Comarca de Mariana/MG, nos termos de que “a destinação final das áreas atingidas será definida pelos próprios moradores atingidos, em conjunto com o Poder Público”.

Propuseram a suspensão da referida cláusula até que seja possível a retomada das atividades nas localidades impactadas, mediante anuência prévia das comunidades e órgãos técnicos.

5. Análise Técnica:

Considerando que não estão sendo realizadas atividades no trecho que abrange a localidade de Bento Rodrigues, Paracatu e Gesteira e qualquer manejo na área depende da concordância das comunidades, considera-se razoável a proposta de suspensão dos relatórios mensais de monitoramento arqueológico, desde que:

1- A Samarco/Fundação Renova assumam o compromisso de prévia comunicação ao Ministério Público de eventual retomada das atividades, inclusive movimentações no dique S4.

2- O manejo de rejeitos na área seja acompanhado por arqueólogos que deverão relatar eventuais achados.

Ademais, considerando que muito material foi carregado pela lama, encontrando barreira física na UHE Risoleta Neves, mais conhecida como Candonga; considerando ainda que a Samarco/ Fundação Renova estão procedendo à dragagem dos rejeitos retidos na UHE Risoleta Neves para a Fazenda Floresta, é recomendável que a empresa/Fundação assumam o compromisso de realizar o monitoramento arqueológico das atividades de disposição dos sedimentos dragados da UHE Risoleta Neves para a Fazenda Floresta.

6. Encerramento:

São essas as considerações desta Promotoria, que se coloca à disposição para o que mais se fizer necessário.

Belo Horizonte, 04 de junho de 2018.

Andréa Lanna Mendes Novais
Analista do Ministério Público – MAMP 3951
Arquiteta Urbanista – CAU 27713-4

Neise Mendes Duarte
Analista do Ministério Público – MAMP 5011
Historiadora